UMA PONTE SOBRE ÁGUAS TURBULENTAS

CLEMENS NUNES
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A CÂMARA dos Deputados autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra a presidente da República em 17 de abril último. A continuidade do processo tornou mais provável a perspectiva de uma mudança de poder no País. Esta perspectiva já vinha sendo precificada pelo mercado financeiro. Desde o final de fevereiro, observam-se a queda do risco-país, a forte valorização do real frente ao dólar e a alta do índice Ibovespa. Essa reação é típica do mercado financeiro. Seus agentes buscam antecipar os eventos, antes que estes se tornem consensos. Cabe indagar por que esta perspectiva de mudança foi vista tão favoravelmente, considerando os enormes desafios a serem enfrentados por uma nova gestão. A resposta está na percepção que se generalizou entre os agentes econômicos de que o governo incumbente não conseguiria oferecer respostas à altura da crise que enfrenta. Disseminou-se entre os agentes econômicos um quadro que caminhava para anomia – um estado de desânimo diante da instabilidade causada pelo aprofundamento da crise política e econômica e seus reflexos nas instituições e na harmonia social. A consequência deste estado é a paralisação das decisões de consumo, investimento e emprego. O resultado inevitável são o aprofundamento da recessão e o aumento do desemprego.

Assim, a perspectiva de mudança de poder numa direção estratégica vista como favorável pelos agentes levou a um alívio nos mercados financeiros. Essa direção está apontada no documento "Uma Ponte para o Futuro", o qual propõe uma agenda com cinco pontos. O primeiro é referente ao equilíbrio das contas públicas, propondo um ajuste de caráter permanente, principalmente via redução de despesas públicas. O segundo é a reforma do processo do orçamento, para que este seja realista, transparente e tenha maior flexibilidade na alocação dos recursos. O terceiro ponto é a reforma da previdência para ajustá-la à realidade demográfica do País. O quarto ponto trata da gestão da dívida pública de forma a reduzir a despesa financeira e melhorar seu perfil de maneira ortodoxa. O quinto ponto trata da agenda para o desenvolvimento, com revisão do papel do Estado, incentivando a iniciativa privada via adoção de políticas horizontais. O documento faz um diagnóstico realista da crise econômica, reconhecendo que os grandes desafios requerem escolhas difíceis para a sociedade brasileira e que a formação de uma maioria política alinhada com os princípios do documento é condição indispensável para a saída do impasse.

No entanto, o alívio observado no mercado financeiro não chegou à economia real. Esta, por sua vez, depende não só de expectativas, mas também de ações concretas que destravem a economia. Para fazer essa melhora chegar à economia real, o novo presidente deverá encaminhar rapidamente ações que sinalizem a reversão da deterioração fiscal, a aceleração do programa de concessões, assim como atacar inadiáveis problemas conjunturais. Entre estes, podemos citar a crise financeira dos estados. A situação desesperadora de alguns destes requer algum alívio financeiro, para a manutenção de serviços básicos, sob pena de grave convulsão social e maior instabilidade política e institucional. Este alívio, no entanto, deverá exigir

contrapartidas de redução futura das despesas com pessoal e custeio. Adicionalmente, algum aceno na direção de preservação ou atualização dos programas sociais bem-sucedidos será importante para assegurar proteção social e apoio político.

Com a possibilidade real de mudança de poder, estaremos livres definitivamente do risco da anomia? Infelizmente, não. O primeiro risco vem da possibilidade de um vácuo de poder gerado pelo impasse político ou jurídico, ou convulsão social que acentuará o quadro de crise. O segundo risco decorre da execução da estratégia desenhada pelo vice-presidente e seu grupo no documento. Embora o rumo aponte na direção correta, a sua execução será dificílima, dadas as condições de contorno enfrentadas. Seja na questão fiscal, na previdenciária ou na agenda estrutural, as ações previstas ferem um conjunto de interesses constituídos articulados e com forte representatividade política. A implementação dessas medidas será no contexto de um sistema partidário pulverizado, do embate acirrado com movimentos que apoiam a presidente afastada e diante da ausência de um consenso majoritário na sociedade. Mais do que uma tarefa de economistas, será uma tarefa de políticos. A escolha de quais brigas comprar deve ser cirúrgica e pragmática, desde que este pragmatismo não resulte em ineficácia. Assim, medidas pontuais que melhorem o ambiente e sinalizem na direção correta são preferíveis a grandes reformas sujeitas à paralisia pela falta de consenso.

Mesmo que as escolhas táticas sejam adequadas e bem executadas, um terceiro risco origina-se de fatores incontroláveis. O primeiro deles é a Operação Lava-Jato e seus efeitos sobre a dinâmica política. Novos indiciamentos, revelações, denúncias e prisões podem tornar o quadro político ainda mais instável, fazendo com que a busca de apoios fique mais difícil. O segundo deles é o processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o financiamento da campanha de 2014. Caso a chapa Dilma-Temer seja cassada, dependendo do momento, poderemos ter nova eleição direta ou eleição indireta. O terceiro deles é o julgamento do processo de *impeachment* no Senado. Previsto para ser concluído em setembro, este julgamento será fortemente influenciado pelo desempenho econômico do governo Temer, que enfrentará o efeito recessivo dos ajustes necessários até lá. Outro aspecto imprevisível será a composição do Senado durante o julgamento, a qual pode ser alterada pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato.

Como vimos, os mercados financeiros anteciparam, em grande medida, a perspectiva de mudança no poder. No entanto, melhoras na economia real e ganhos relevantes adicionais no preço dos ativos financeiros requerem ações concretas. Embora os princípios norteados pelo documento "Uma Ponte para o Futuro" apontem na direção correta, a implementação destas ações está sujeita a riscos relevantes de execução e a fatores imponderáveis. Oxalá quem esteja à frente do País seja capaz de unir a sociedade nessa difícil empreitada.

Depois de dois anos escrevendo esta coluna, despeço-me deste espaço. Agradeço aos leitores pela atenção e à ***Agroanalysis*** pela oportunidade. ■